

Unidade 2

Governança do Processo de Construção do Plano Estadual de Cultura



2.1 Introdução

Para dar início à elaboração de um Plano Estadual de Cultura, será necessário conhecer e discutir alguns conceitos e processos, os quais abordaremos nas seções seguintes:

- Governança
- Cooperação
- Instâncias de Governança Estadual
 - Facilitadores estaduais
 - Espaços de governança
 - Fórum Estadual de Planejamento da Cultura
 - Plenário geral
 - Grupo de planejamento estadual
- Instâncias de governança territorial
 - Fóruns Territoriais de Planejamento da Cultura
 - Grupo de planejamento territorial
 - Grupos de trabalho setoriais

2.2 Governança

Uma das consequências dos marcos históricos comentados anteriormente foi a construção de novos ambientes políticos em que a sociedade pôde expressar suas visões e, em muitos casos, contribuir de forma efetiva para a transformação da realidade. Esses ambientes, caracterizados pela prática da cidadania e pelo compartilhamento do poder, podem ser denominados **governanças**.

A adoção desse conceito exige a prática de estratégias que possibilitem a superação dos desafios que nascem das diferenças de interesses entre os agentes sociais. A base dessas estratégias é o desejo de **cooperação** e as **sinergias** que podem ser estabelecidas pelos grupos sociais com interesses ligados a área cultural. Tal postura muitas vezes implica superação de vícios e de posturas políticas que se contrapõem aos valores e aos conceitos apresentados anteriormente.



A boa governança demanda o rompimento de posturas paternalistas, minimiza a importância de interesses corporativos e setoriais, reconhece a importância da diversidade e fomenta a democracia incentivando a participação das pessoas e das organizações nas questões culturais.



2.3 Cooperação

Cooperar significa, literalmente, trabalhar de forma conjunta. A compreensão e o comprometimento com o princípio da cooperação tornou-se uma condição essencial para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, pois cria as condições para que o Poder Público, a iniciativa privada, as organizações da sociedade civil e cada cidadão compartilhem responsabilidades na construção de uma nova realidade, cada vez mais justa e democrática.

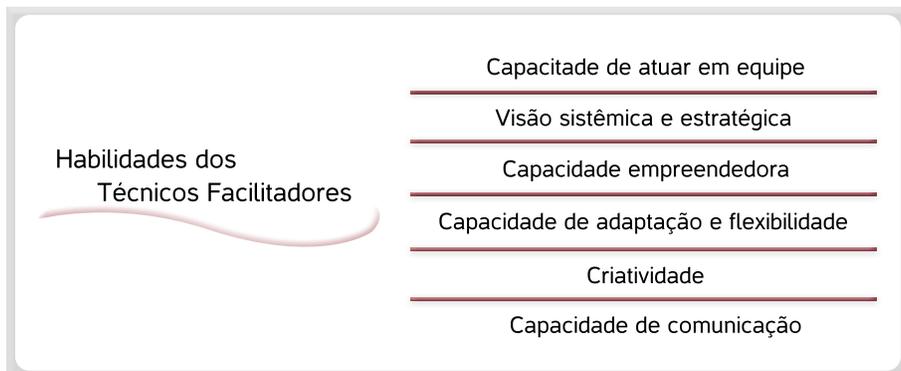
2.4 Instâncias de governança estadual

A implementação da metodologia de planejamento proposta para a elaboração do Plano Estadual de Cultura implica desenvolver capacidades humanas e de espaços técnico-políticos de discussão; sistematizar leituras da realidade; e formular propostas que promovam o desenvolvimento de todo o setor cultural. Nessa perspectiva, propomos um conjunto de estratégias e de ferramentas metodológicas que podem contribuir para esse fim. Entre elas, destacamos os **facilitadores estaduais** e a constituição dos **espaços de governança**, cuja atuação é de grande importância em todo o processo.

2.4.1 Facilitadores estaduais

A implementação da metodologia deve ser executada por técnicos capacitados para agir como multiplicadores em todas as etapas do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Esses facilitadores devem apresentar algumas características pessoais e de liderança, como demonstra a figura a seguir.

Figura 1: Características dos facilitadores



Podemos notar que esse processo contribui para a criação de novas competências em cada uma das regiões em que se aplica a metodologia proposta. Busca-se alcançar esse objetivo por meio da implementação de algumas estratégias, por exemplo:

- os trabalhos devem iniciar pela capacitação prévia da equipe de trabalho – os facilitadores estaduais. A equipe selecionada em cada Estado deve revelar interesse e disposição e deve ter formação ou experiência na área cultural e em processos similares de planejamento. Seus membros devem ser incentivados a buscar o aprimoramento por meio de intercâmbios com as demais pessoas de sua equipe e com os membros de equipes de outros Estados.
- a grande demanda de trabalho que o processo de planejamento criará no Estado exigirá o envolvimento de um número significativo de facilitadores territoriais. Essas pessoas deverão ser sensibilizadas e mobilizadas pela equipe de facilitadores estaduais. Sugerimos que sejam envolvidas pessoas ligadas aos diversos setores da cultura de cada território. Essas pessoas deverão ser capacitadas na metodologia e devem assumir o compromisso de facilitar o processo de planejamento, conforme citado anteriormente.



2.4.2 Espaços de governança

Um dos desafios para a elaboração participativa do Plano Estadual de Cultura está relacionado à constituição de instâncias de governança que permitam efetivar o processo de planejamento tecnicamente qualificado e politicamente representativo. A Figura 2, a seguir, representa as instâncias de governança previstas nessa estratégia de planejamento. Observe.

Figura 2: Instâncias de governança no processo de planejamento



Basicamente, sugerimos a criação de dois níveis de governança: o estadual e o territorial. No nível estadual, esperamos que o ambiente de negociação política e a elaboração técnica sejam o Fórum Estadual de Planejamento. Cada Estado deve utilizar um recorte territorial, de acordo com suas especificidades, sendo que para cada unidade territorial adotada, é possível prever a instalação de um Fórum Territorial de Planejamento da Cultura. Essa governança deve ter suas atividades realizadas e finalizadas durante o período de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

2.4.3 Fórum Estadual de Planejamento da Cultura

Esse Fórum constitui-se na instância coordenadora e validadora de todo o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura e dos produtos que dele resultarão. Sua organização deve primar pela necessidade de transformá-lo em um ambiente representativo dos interesses públicos e da sociedade, tendo como referência os principais atores sociais da área cultural. Assim, o Fórum Estadual de Planejamento da Cultura é a instância validadora de participação ampliada, da qual participam representantes dos Fóruns Territoriais, além dos representantes do Poder Público e dos órgãos constituídos, como o Conselho Estadual de Cultura.

O Fórum Estadual de Planejamento da Cultura deve ser compreendido como uma instância de governança cujo mandato restringe-se à elaboração do Plano Estadual de Cultura. Sugerimos que o Fórum Estadual seja instituído por portaria assinada pelo dirigente do órgão estadual de cultura.

A composição do Fórum deve privilegiar a participação de representantes dos organismos públicos, responsáveis pela gestão da cultura no Estado, e pelos representantes dos diversos setores culturais, indicados pelos grupos de planejamento territoriais.

Em cada Estado, as características específicas desse espaço de governança podem assumir especificidades. Por exemplo, onde a conjuntura local for favorável, essa atribuição pode ser assumida pelo Conselho Estadual de Cultura que, nesse caso, criará uma estrutura provisória (um grupo de planejamento estadual) encarregada de conduzir o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Em outros casos, é o órgão gestor (secretaria ou fundação) que toma a iniciativa de formação da instância; e ainda em demais casos, tal iniciativa pode ser capitaneada por fóruns e por comissões parlamentares.

De toda forma, o Fórum é uma instância de pactuação de iniciativas em favor da construção do Plano Estadual de Cultura e deve representar parcerias e união de esforços entre governo, Estado, sociedade civil e iniciativa priva-



da. Outras características, como a composição, a coordenação, o número de membros etc., variarão de acordo com o Estado da Federação. As estruturas existentes devem ser otimizadas baseando-se na diretriz principal de garantir e ampliar a participação da sociedade civil.

Dica

Lembre-se de que o Fórum não é um evento, mas uma instância coordenadora do processo.



De maneira geral, sugerimos que o Fórum seja estruturado da seguinte forma:

- **Plenário geral**

Congrega todos os participantes e é responsável pelas discussões e pelas deliberações sobre todos os itens que irão compor o Plano Estadual de Cultura.

- **Grupo de planejamento estadual**

Formado por pessoas que fazem parte do Fórum Estadual de Planejamento, devendo ser constituído paritariamente por representantes indicados pelo Governo do Estado e por representantes da sociedade civil. Esse grupo tem como função coordenar todas as atividades referentes à elaboração do Plano Estadual de Cultura e deve ser organizado no início do processo de planejamento.

Esse grupo é composto, inicialmente, por representantes indicados pelo governo estadual e convidados de grupos organizados da sociedade civil. Ele tem como função coordenar todas as atividades referentes à elaboração do Plano Estadual de Cultura – como realizar as atividades de sensibilização e mobilização, a fim de que os grupos organizados da sociedade civil indiquem seus representantes para a formação do Fórum Estadual de Planejamento da Cultura –, e também é responsável pelo auxílio na organização dos Fóruns Territoriais de Planejamento da Cultura (instância de governança). Após a organização dos Fóruns Territoriais, o grupo de planejamento estadual deve ser ampliado para incluir representantes territoriais.

As funções principais do grupo de planejamento estadual podem ser observadas na Figura 3.

Figura 3: Funções do grupo de planejamento estadual



2.5 Instância de governança territorial

É importante que a participação dos territórios seja assegurada e, para tanto, a organização da governança é fundamental. As diferentes instâncias de governança territorial garantirão representatividade das diferentes regiões do Estado. Procuramos resguardar a territorialização característica de cada Estado e, assim, é importante que o Fórum Estadual de Planejamento da cultura estimule a organização dos Fóruns Territoriais em função das características de territorialização do Estado.

2.5.1 Fóruns Territoriais de Planejamento da Cultura

Os Fóruns Territoriais constituem-se em espaços políticos e técnicos de caráter contínuo com mandato e tempo de duração previamente definidos. Essas condições estão diretamente relacionadas aos esforços necessários para a construção do Plano Estadual de Cultura.



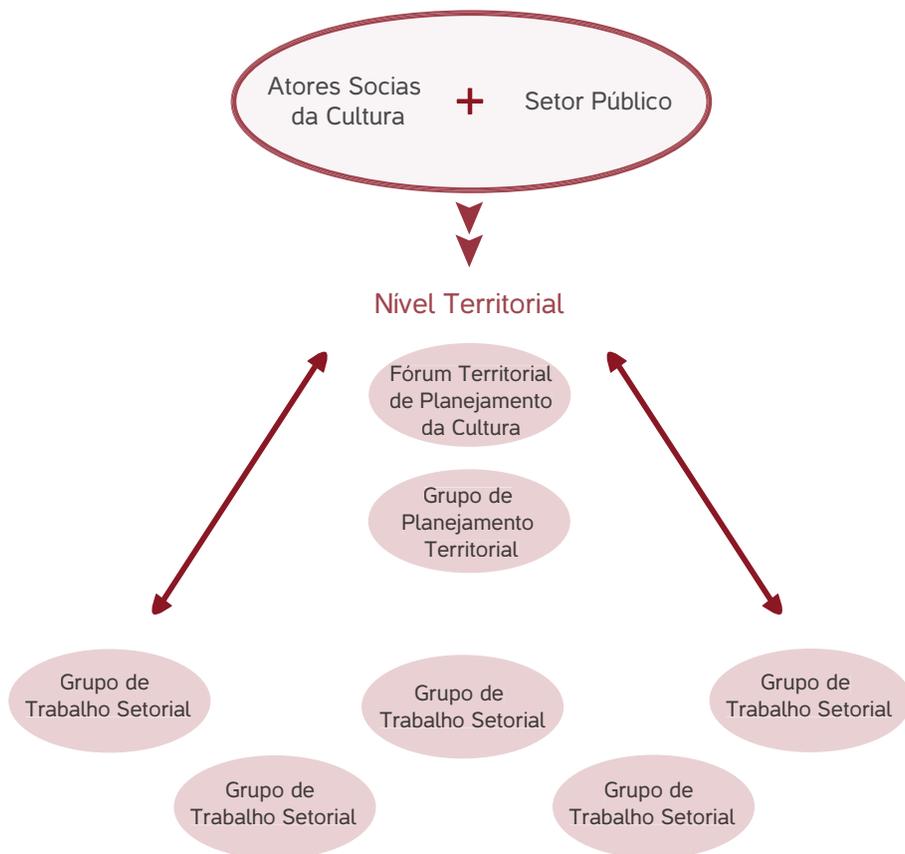
Eles devem ser formados por representantes de organismos públicos e de atores sociais presentes no campo cultural de cada território. Podemos indicar como representações desejáveis, entre outras, as apresentadas na Figura 4.

Figura 4: Representações nos Fóruns Territoriais



Essas estruturas são dinâmicas e podem receber novos membros em qualquer momento do processo de planejamento. Não existem números de participantes previamente estabelecidos portanto, só dependerá das condições de cada Estado e de cada território.

Figura 5: Constituição do Fórum Territorial de Planejamento da Cultura



2.5.2 Grupo de planejamento territorial

Cada Fórum Territorial designa um grupo com aproximadamente dez pessoas, os **facilitadores territoriais**, que constituirão o grupo de planejamento territorial. Esse grupo deve atuar como facilitador e sistematizador dos resultados de diversas atividades de planejamento que ocorrem em cada território.

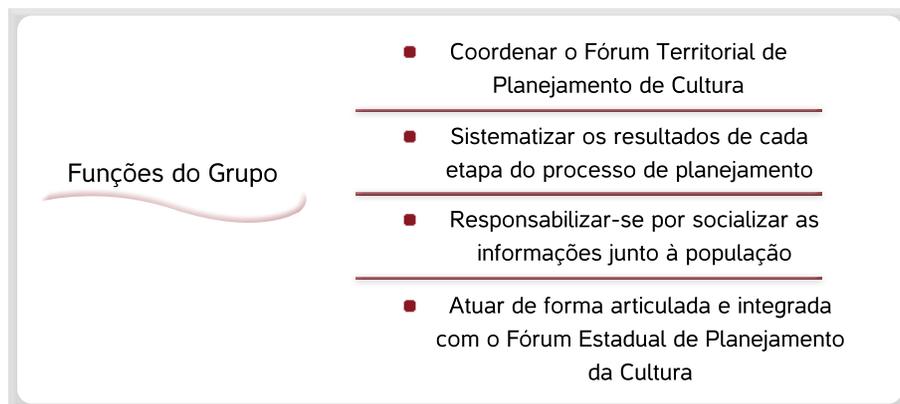
Os facilitadores estaduais e os facilitadores territoriais promovem atividades nos Fóruns Territoriais para divulgar o processo, nivelar os conceitos e mobilizar os participantes, visando seu envolvimento em todas as fases do trabalho a ser realizado.



O grupo de planejamento territorial é composto por representantes indicados por cada um dos grupos de trabalho setoriais a partir de critérios que propiciem a representação dos diversos grupos de interesse envolvidos no processo.

Ele encarrega-se da coordenação do processo de discussão e da sistematização das diversas fases do processo de planejamento. Para realizar essas funções, esse grupo deve realizar as tarefas apresentadas na Figura 6.

Figura 6: Tarefas do grupo de planejamento territorial



2.5.3 Grupos de trabalho setoriais

Esses grupos devem ser formados a partir das primeiras reuniões do Fórum Territorial e reunir atores ligados a cada um dos setores da cultura (artesanato, teatro, música etc.). Seus membros são responsáveis pelo processo de socialização das informações, que pode ocorrer, por exemplo, por meio de reuniões de debate e pela consulta à população.

Cada grupo de trabalho setorial organiza seus trabalhos de acordo com suas características e disponibilidades. No entanto, cada grupo deve contar com, no mínimo, um facilitador territorial que se encarregue de animar e facilitar todos os trabalhos.

Nos grupos de trabalho setoriais são realizadas atividades relacionadas ao diagnóstico da realidade cultural do setor, do território e do Estado. Além disso, esses espaços de planejamento podem propor soluções para o desenvolvimento da cultura do Estado.

